

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1	Qualidade e políticas públicas na educação / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-96-3 DOI 10.22533/at.ed.963181912 1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série. CDD 379.81
----	---

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O volume 1 da obra “Qualidade e Políticas Públicas na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AGENDA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS TRANSPLANTADAS NAS POLÍTICAS AVALIATIVAS	
<i>Luziane Said Cometti Lélis</i>	
<i>Dinair Leal da Hora</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819121	
CAPÍTULO 2	12
A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS ACERCA DA PROGRESSÃO CONTINUADA	
<i>Gilvânia Guedes Teixeira</i>	
<i>Horácio Medeiros Júnior</i>	
<i>Vânia Aparecida Calado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819122	
CAPÍTULO 3	22
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO DIREITO HUMANO: UMA LEITURA A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL	
<i>Ana Maria Maciel Rinaldi</i>	
<i>Kelci Anne Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819123	
CAPÍTULO 4	30
A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DA POLÍTICA	
<i>Jaqueline de Sousa Batista Figueiredo</i>	
<i>Luis Enrique Aguilar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819124	
CAPÍTULO 5	47
A EJA EM DOCUMENTOS LEGAIS: UM RECORTE DE 2001 A 2016	
<i>Greicimara Vogt Ferrari</i>	
<i>Ana Paula Colares Flores Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819125	
CAPÍTULO 6	55
A EVASÃO E O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU): REFLEXÕES NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	
<i>Janete dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819126	
CAPÍTULO 7	64
A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR PRIVADOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE	
<i>Janaina de Oliveira</i>	
<i>Natalia Maria Casagrande</i>	
<i>Diego José Casagrande</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819127	

CAPÍTULO 8	76
A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DAS REFORMAS EDUCACIONAIS	
<i>Julyette Priscila Redling</i> <i>Renata Cristina Geromel Meneghetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819128	
CAPÍTULO 9	89
A MATERIALIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE EXPRESSO NA LEI 5.692/1971 NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN	
<i>Tainá da Silva Bandeira</i> <i>Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819129	
CAPÍTULO 10	99
A REFORMA EDUCACIONAL NO BRASIL COMO REFLEXO DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA GLOBAL	
<i>Hildo Cezar Freire Montysuma</i> <i>Eilizabeth Miranda de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191210	
CAPÍTULO 11	111
A RELAÇÃO ENTRE FUNDEB, MATRÍCULAS, CUSTO ALUNO E PSPN: O CASO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE (2008-2014)	
<i>Amilka Dayane Dias Melo Lima</i> <i>Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191211	
CAPÍTULO 12	125
A TRAJETÓRIA DE LEGITIMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO	
<i>Leandro Aparecido de Souza</i> <i>Alberto Albuquerque Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191212	
CAPÍTULO 13	132
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA AOS PROCESSOS DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	
<i>Rubens Luiz Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191213	
CAPÍTULO 14	146
ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DO NÍVEL SOCIOECONÔMICO DAS ESCOLAS	
<i>Girlene Ribeiro de Jesus</i> <i>Renata Manuely de Lima Rêgo</i> <i>Victor Vasconcelos de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191214	
CAPÍTULO 15	153
APROVAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO POR ESTADOS E MUNICÍPIOS E OS DESAFIOS PRESENTES NO CENÁRIO NACIONAL	
<i>Edson Ferreira Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191215	

CAPÍTULO 16	169
AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA OS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - MS	
<i>Maurício José dos Santos Silva Eugenia</i>	
<i>Portela de Siqueira Marques</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191216	
CAPÍTULO 17	181
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL SUPERIOR DO PRONERA	
<i>Rodrigo Simão Camacho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191217	
CAPÍTULO 18	192
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS FLORESTAS DO MARAJÓ/PA: REFLEXÕES SOBRE AS PESQUISAS REALIZADAS PARA O ENTENDIMENTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS E A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS MARAJOARAS	
<i>Alexandre Augusto Cals e Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191218	
CAPÍTULO 19	205
AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NOS PROCESSOS DE MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE	
<i>Luiz Carlos Lückmann</i>	
<i>Éden Luciana Böing Imhof</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191219	
CAPÍTULO 20	221
CONDIÇÕES DE QUALIDADE DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL	
<i>Marcus Quintanilha da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191220	
CAPÍTULO 21	238
CULTURA E EDUCAÇÃO: ASPECTOS ETNOGRÁFICOS SOBRE A CULTURA DE GANZA	
<i>Tereza de Fatima Mascarin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191221	
CAPÍTULO 22	244
CURRÍCULO DO ESTADO DE SÃO PAULO; O DITO PELO NÃO DITO?	
<i>Célia Maria David</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191222	
CAPÍTULO 23	249
DESAFIOS EM AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA AGENDA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM O PAR (2007-2010) EM MOSSORÓ	
<i>Marcos Torres Carneiro</i>	
<i>Maria Aparecida de Queiroz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191223	
CAPÍTULO 24	253
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA POLÍTICA DE ZONEAMENTO ESCOLAR EM RIO BRANCO – AC	
<i>Lucilene Ferreira de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191224	
SOBRE A ORGANIZADORA	266

A MATERIALIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE EXPRESSO NA LEI 5.692/1971 NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

Tainá da Silva Bandeira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Programa de Pós Graduação em Educação

Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Programa de Pós Graduação em Educação

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo entender como o ensino profissionalizante expresso na Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de Primeiro e Segundo Grau, materializou-se no município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte, através o Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana no ano de 1973. Partimos do campo de estudo História das Instituições Escolares nos apropriando dos estudos de Magalhães (2004). Problematizando em que medida a Lei 5.692/1971 foi sendo materializada no município de Mossoró, utilizamos a investigação de fontes documentais encontradas no arquivo da escola citada anteriormente, jornais impressos e digitalizados e regimentos legais. Dessa maneira, conseguimos entender que o Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana foi o primeiro espaço educacional organizado a partir das diretrizes desse regimento principalmente no que tange a formação profissionalizante

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação, História das Instituições Escolares, Educação Profissional, Lei 5692/1971

ABSTRACT - This study aims to understand how the vocational education expressed in Law 5.692, of August 11, 1971, which establishes the Guidelines and Bases for the teaching of First and Second de Gree, materialized in the municipality of Mossoró, state of Rio Grande do Norte, through the Center for Integrated Education Professor Eliseu Viana in the year 1973. We started from the field of study History of School Institutions appropriating the studies of Magalhães (2004). As a matter of fact, Law 5.692 / 1971 was materialized in the municipality of Mossoró. We used the investigation of documentary sources found in the previously mentioned school archive, printed and digitized newspapers and legal regiments. In this way, we can understand that the Center for Integrated Education Professor Eliseu Viana was the first educational space organized from the guidelines of this regiment mainly regarding professionaltraining.

KEYWORD: History of Education, History of School Institutions, Professional Education, Law 5692/1971

1 | INTRODUÇÃO

O município de Mossoró está localizado na zona oeste do estado do Rio Grande do Norte. Na primeira República, essa cidade também atuou na busca por desenvolvimento que ocorria no país, almejando se tornar espaço modernizado aos moldes do que já vinha ocorrendo na capital do Brasil nas quais, de acordo com Carvalho (2004), eram “grandes transformações de natureza econômica, social, política e cultural” (p.15). Nesse sentido, além de reformulações do espaço físico, a cidade do Mossoró também direcionou sua atenção para a construções de hospital e escolas. Entretanto, essas modificações foram pensadas pela elite local – em sua maioria, grandes comerciantes – e usufruída por esse mesmo grupo social.

Nesse contexto, o ensino profissional foi institucionalizado com a implantação da Escola Normal e da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Sendo também, nesse momento, a solidificação das dualidades existentes entre o ensino profissional direcionado aos trabalhadores e o ensino (profissional ou básico) fornecido aos filhos da elite, pois, enquanto o primeiro era instrumental e sem investimentos, o segundo se caracterizou pelo ensino humanizado tendo sido receptor de investimento público.

Essa forma como o ensino profissional institucionalizado foi implantado no município de Mossoró caracterizou como essa educação foi pensada nas décadas seguintes. Em 1970, a cidade vivia momento econômico diferenciado, com a exploração do petróleo e do sal. O contexto político se caracterizou por forte repressão e recessão dos direitos civil e político, e o controle da cidade (assim como de todo o país) estava concentrado nas mãos do Poder Executivo. O cenário educacional de Mossoró, até essa década, era prioritariamente privada. É nesse contexto que a Lei 5692/1971 ganhou espaço nesse município com a inauguração do Centro de Educação Professor Eliseu Viana trazendo para a cidade a concepção de educação profissional que prevalecia nas resoluções educacionais do regime militar vigente.

Diante desse percurso, temos por objetivo analisar a constituição do ensino profissionalizante, que tornou-se obrigatório com a Lei nº 5.692/1971, no município de Mossoró. Inserido na História da Educação, esse projeto de pesquisa está pautado nos pressupostos teóricos e conceituais do campo História das Instituições Escolares que trata do estudo sobre a constituição do espaço educativo em determinado período histórico. Partindo desse entender, essa proposta está situada na dimensão desse campo presente no estudo de Justino Magalhães (2004) em sua obra *Tecendo Nexos*. Por buscarmos entender a formação profissionalizante a luz da concepção de Educação que o Regime Militar impôs nas décadas de 1960, 1970 e 1980, os estudos de Kuenzer (1988, 2009) e Cunha (2000) serão utilizados na compreensão das especificidades do ensino profissional.

2 | ESTUDOS REFERENCIAIS

Como ponto de partida, trago a significação de Educação que é de onde parte as análises aqui objetivadas:

[...] uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos, bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante (FREIRE, 1996, p.98).

A Educação, quanto interventora, é espaço de relações de poder por isso, impossível de qualquer neutralidade ideológica. Com isso, ao investigar a formação profissionalizante realizada no Centro Integrado Professor Eliseu Viana é preciso compreender que essa instituição foi pensada a partir de ideários. As ideologias, determinantes nas práticas realizadas em uma escola, podem ser de diferentes ordens em uma constante relação com a sociedade em que está inserida e tendo poder (essas ideologias) de imprimirem na memória histórica dos indivíduos suas concepções.

Uma instituição educativa só pode ser compreendida, em sua historicidade, quando integrada no sistema mais amplo da Educação, nos contextos e circunstâncias históricas, implicando na evolução da comunidade que a envolve. Esse conceito, instituição, possibilita alcançar os propósitos formativos, dando significado de mundo e constituindo fator de identidade. Magalhães (2004) afirma que é compreendendo a instituição educativa e sua relação com a comunidade que se torna possível entender a sua história. Ainda esclarece que a comunidade envolvente se estrutura na integração e cruzamento dos planos macro, meso e micro, formando a totalidade em construção que a escola delinea com suas práticas e também é delimitada. Com isso, atende ao objeto dessa pesquisa quando se objetiva contextualizar a Educação na concepção do Regime militar refletindo as metas e planos para o ensino profissionalizante e a refletir a ideologia que determinou a formação profissionalizante oferecida na escola. Tomo por base o estudo de Magalhães (2004).

O conceito de instituição educativa possibilita compreender a historiografia do Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana, podendo ser percebido pelas três formas que Magalhães (2004) aborda: materialidade, representação e apropriação. Como o próprio autor esclarece:

A materialidade inclui: condições materiais, espaços, tempos, meios didáticos e pedagógicos, programas, estruturas organizacional, de poder e de comunicação – instâncias basicamente objetivas e de funcionamento; a representação engloba os aspectos referentes a memórias e arquivo(s) e os aspectos concernentes à modelização orgânica e projetual da ação, ao grau de mobilização e de aplicação – pedagogias, currículo, estatutos, agentes; a apropriação refere-se às aprendizagens, ao modelo pedagógico, ao ideário, à identidade dos sujeitos e da instituição, aos destinos de vida (p.71).

Além dos estudos apresentados, tive acesso a alguns trabalhos acadêmicos iniciais, como a dissertação de: de Dulcineia Barros (2015) *Cultura escolar e Ensino de História em tempos de Ditadura Militar no Instituto de Educação Gastão Guimaraes (Fera de Santana 1968-1978)*; de Tiago Mendes (2007), *A educação durante o Regime Militar: a estruturação do ensino a partir da Reforma 5692/71*; de Jeimes Lima, *A Reforma Lei 5692/71 e seus reflexos na Educação Cearense*.

Unindo a esses, estão os estudos de: Francisca Oliveira e Jaqueline Veras (2011) intitulado *O centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana e a profissionalização obrigatória*; de Telma Valério (2007), *A Reforma do 2º grau pela Lei 5.692/71 no Paraná: representações do processo*; de Sandra Frankfurt, *A formação dos professores a partir da Lei 5692/71 – ecos da crítica acadêmica*; de Maria Giorgi e Fabio Almeida, *Ensino profissional no Brasil: diálogos com a Ditadura Militar*. Além disso, o estudo realizado pelo Inep nomeado *A profissionalização do ensino na Lei nº 5.692/71 – ecos da crítica acadêmica*.

Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizamos de pesquisa bibliográfica, documental e oral. Na pesquisa documental, foi examinado o arquivo do Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana, localizado no prédio onde funciona a escola atualmente; mensagens oficiais dos diferentes planos; jornais locais acessíveis no Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia e os estaduais digitalizados em arquivo particular e no site da Hemeroteca Digital; regimentos legais; e o arquivo da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura.

3 | O ENSINO PROFISSIONAL NO REGIME MILITAR E SUA MATERIALIZAÇÃO EM MOSSORÓ

O Regime Militar traz uma quebra com os ideais que permeavam o final da década de 1950 e início de 1960 que possuíam caráter reformador social, com as ideias de João Goulart o qual trazia propostas de “reformas constitucionais como o controle da remessa de dinheiro para o exterior, criação de canais de comunicação aos estudantes e implementação do voto dos analfabetos, maioria da população” (GIORGI; ALMEIDA, 2014, p.266). Essas ideias iam de encontro com os interesses da elite brasileira que percebia nessas ações ameaça a manutenção dos seus privilégios. A insatisfação dessa classe social unida a uma forte radicalização da direita militar culminou no Golpe Militar de 1964. Sobre isso, Góes e Cunha (1996) afirmam que

A tomada do poder no Brasil em 1964 não foi um simples golpe latino-americano nem mais um pronunciamento, e sim uma articulação política de profundas raízes internas e externas, vinculada a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos. Não foi coisa de amadores. Tanto é assim que, passados os primeiros momentos de perplexidade, o novo Estado emergiu do figurino do IPES com objetivos programados, metas estabelecidas e, naturalmente, com os homens que se apossaram do poder (CUNHA; GOES, 1996, p. 32).

Em 1964, o Brasil passou a viver sob o Regime Ditatorial durando até a década de 1980. A política militar fortaleceu os laços internacionais principalmente no âmbito econômico que fora aberto para as regras do capital multinacional caracterizando o modelo liberal que pressupõe total cooperação do capital estrangeiro admitindo total submissão às instituições que controlavam essa economia internacional. Com isso

A criação de uma política de incremento com subsídios e incentivos fiscais a grandes empresas, em detrimento das pequenas, aumenta o desemprego e a inflação, e a única saída para a ascensão das camadas populares e a equalização social é o sistema educacional. E é este que pode impedir ou ao menos amenizar as reivindicações salariais. Em meio a esse contexto o regime militar investe em uma educação de cunho liberal, fundada na Teoria do Capital Humano (TCH), que busca estabelecer uma relação direta, imediata e de subordinação explícita da educação à produção. Dita teoria relaciona-se a uma pedagogia tecnicista que tem como base o pressuposto da eficiência e da produtividade, obtida a partir da neutralidade científica inspirada nos princípios da racionalidade, e defende a reordenação do processo educativo de modo a torná-lo objetivo e operacional, minimizando as interferências subjetivas. O que se pretende, pois, é a objetivação no trabalho pedagógico, como já ocorreu no trabalho nas fábricas (GIORGI; ALMEIDA, 2014, p.267).

Entendendo a educação como pressuposto do desenvolvimento econômico, o Estado passou a direcionar medidas educacionais às demandas capitalistas internacional. Assim, aliou instrumentos nacionais – como o Conselho Federal de Educação (CFE) – aos organismos estrangeiros. Os acordos entre o Ministério de Educação e Cultura e a Agency for International Development, conhecidos como acordos MEC-USAID (FAZENDA, 1988), estabeleceram articulações de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira para treinamentos de professores e veiculação de livros didáticos (GOES; CUNHA, 1996).

Apesar de não ter proporcionado mudanças diretas, serviu de base para as medidas legais tomadas quanto a educação posteriormente. Esses acordos do MEC-USAID causaram “o efeito de situar o problema educacional na estrutura geral de dominação, reorientada desde 1964, dando sentido objetivo e prático a essa estrutura” (ROMANELLI, 2010, p.203). O regime político vigente executou medidas legais nacionais com base nas concepções que permeavam esses acordos e seus objetivos capitalistas determinantes.

Mais do que pensar a Educação Brasileira de acordo com preceitos internacionais, o objetivo também era de doutrinar tanto órgãos como pessoas para que fosse difundido ideais de controle sob interesse do Regime Militar, utilizando-se de todas as formas que ia da tentativa de doutrinar à violência física. Nesse sentido, aparatos legais foram considerados essenciais na afirmação da hegemonia militar. A Constituição Federal já não atendia aos interesses na manutenção do poder ditatorial, assim, foram criados os Atos Institucionais como forma de sobrepor o Poder Executivo a qualquer outro no país, instaurando a sua hegemonia absoluta. O contexto vigente, tornava-se autoritário

quanto a sua política e liberal em relação a economia nacional.

Ainda em 1968, foi criada a Lei nº 5.540/1968, reestruturando o ensino superior no país. De acordo com Antunes, Silva e Bandeira (2011),

A reforma teve dois princípios norteadores, o controle político das universidades públicas brasileiras e a formação de mão de obra para economia. As transformações na organização das universidades do Brasil, com a Lei 5540, de 28 de novembro de 1968, possibilitou o aumento das matrículas em instituições de ensino superior, principalmente em estabelecimentos de iniciativa privada, permitiu o prolongamento da interferência dos ideais “revolucionários” na educação superior. A Reforma ao declarar a autonomia econômica e didático-científica das universidades públicas, estabelece a escolha dos Reitores ao Presidente da República; cria a unificação das unidades acadêmicas; surge a figura do Departamento; a anulação dos movimentos estudantis; maior interação ensino-pesquisa, a criação da monitoria, o aumento de programas de extensão, atividades desportivas, culturais e cívicas, que viabilizassem a “ocupação” do corpo discente (p.1).

O ensino para o trabalho ganhou mais atenção pelo Estado. Com a justificação da necessidade de técnicos nível médio, buscando a eficiência e produtividade, a educação adentrou no plano de serviço atendendo ao modelo de capital internacional. Nessa concepção, após a reforma universitária, foi criada a Lei nº 5692/1971 que, além de reestruturar o ensino substituindo os cursos primários, ginásial e colegial pelo 1º e 2º grau, trouxe a obrigatoriedade do fornecimento de ensino profissionalizante em todas as escolas que atendessem aos estudantes secundaristas (COUTINHO; SILVA, 2015). Kuenzer (1997) esclarece que:

É eliminado o sistema de ensino baseado em ramos, cria um único sistema fundamental, fundindo o primário com o ginásio que será chamado de 1º grau e será feito em oito anos e implanta uma nova estrutura de ensino; [...] A equivalência entre o ramo secundário e propedêutico é substituída pela obrigatoriedade da habilitação profissional para todos os que cursassem o que passou a ser chamado de 2º grau sendo cursado entre três a quatro anos; [...] Os currículos do 1º e 2º graus passam a ter duas partes: uma de núcleo comum, com disciplinas obrigatórias em todo o país e outra diversificada, segundo as peculiaridades locais, plano dos estabelecimentos e diferença individuais dos alunos (p.16-21).

Buscando resolver problemas históricos com o analfabetismo, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o intuito de erradicar o analfabetismo de jovens e adultos no país. Somando a essa busca, também entrou em exercício a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) com o objetivo de atender os estudantes através de ações provisórias como meio de resolver problemas seculares resultantes do longo período de descaso e negligência para com a situação da educação nacional. Assim surgiram o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que visava a erradicar o analfabetismo de jovens e adultos do país, e a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) que tinha o objetivo de apoiar o estudante por meio de programas de merenda escolar e aquisição de material didático.

O importante de perceber é que na constituição do poder e sua manutenção, o

Regime Militar trabalhou enfaticamente com planejamento central na qual as decisões partiam da União direcionadas aos Estados e Distrito Federal, de modo que cada planejamento nacional regimentaria os planejamentos setoriais, por área de atuação (VIEIRA; FARIAS, 2011). No período do “milagre econômico” foi criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), no governo de Emílio Médici, como objetivo de elevar o Brasil ao nível de nação desenvolvida com economia crescendo entre 8 a 10% até o final do plano. Desse plano originou o I Plano Setorial de Educação e Cultura que possuía caráter economista e constituía-se em 10 programas e 21 projetos.

No caminhar do Regime Militar, ainda foram criados o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), em meio a crise econômica que se instalava, pensando formas de vencer crise monetária internacional. E, também, o II Plano Setorial de Educação e Cultura que “na segunda parte, definia os objetivos gerais e específicos para cada etapa e nível de educação e as estratégias globais e específicas para alcançá-los. Na parte III apresentava a programação detalhada das ações estratégicas.” (BORDIGNON, 2011, p. 15).

Diante dessa nova realidade com a política que estava em vigor e a reestruturação no âmbito da educação através de planos, metas e leis a nível nacional, direcionamos atenção para como se encaixava o ensino profissional e sua aplicabilidade. Sabendo que a Lei 5692/1971 foi o regimento que tratou de forma mais significativa o ensino profissionalizante e, conseqüentemente, determinando o cenário educacional no município de Mossoró, Rio Grande do Norte.

Até então, essa cidade tinha grande concentração de escolas privadas. O ensino profissional tinha maior concentração na instituição privada Escola Técnica de Comércio União Caixeiral que possuía o maior controle da educação para o trabalho oferecendo o ensino comercial nível técnico. No percorrer da década de 1970 e 1980, cenário educacional foi sendo modelizado com construção de escolas públicas, agora fornecedoras de ensino nível 2º, que também passaram a fornecer cursos profissionalizantes, como secretariado e contabilidade.

O Centro de Educação Integrada Eliseu Viana foi a primeira a ser criada sob as diretrizes da Lei nº 5.692/1971 com isso, serviu de escola modelo e incentivadora para as demais na constituição da concepção de Educação do Regime vigente no município. Fundada através do Decreto nº 5.972 de 20 de dezembro de 1972, pelo Governador do Estado Cortez Pereira e Secretário de Educação do Estado Dalton Andrade, sob a direção política municipal de Rodrigues Carvalho, iniciou suas atividades no período letivo de 1973. Essa Instituição teve como objetivo inicial trazer para o município de Mossoró as diretrizes da lei que legalizava a proposta de educação do Regime vigente. Mesmo que não sendo uma escola estritamente de ensino profissional, como a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, constituía-se como espaço de ensino formado para o trabalho pela sua obrigatoriedade de fornecer cursos profissionalizantes.

Essa escola também deveria atender as demandas do município de Mossoró, o que despertou o interesse de investigar a formação ocorria no interior da escola através

da análise do currículo oferecido, estrutura física, investimentos, quadro docentes, dentre outros. Além disso, saber se esses alunos formados foram inseridos no mercado de trabalho local continuando na área dessa formação primeira. É importante esclarecer que a escola não foi criada com objetivo estritamente de oferecer ensino para o trabalho, ela vem da proposta de oferecer à grande massa um ensino completo para uma inserção rápida no mercado de trabalho. Atrelado a esse objetivo, teriam a possibilidade de doutrinar esses alunos para que não agissem de forma contrária ao regime político implantado, uma vez que os protestos estudantis estavam cada vez mais forte e organizado no combate à ditadura repressiva vigente.

O Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana teve como primeira diretora Maria do Socorro Medeiros. Tinha como quadro inicial 907 alunos, sendo 474 matriculados no 2º grau e 433 inseridos no 1º grau organizados em 22 salas. Foram direcionados ao Primeiro Grau de ensino 19 professores e ao Segundo, 27, além disso, 8 profissionais para as atividades com artes práticas. Ofereciam, nesse ano inicial, sete cursos, sendo apenas três nível técnico: Técnico de Secretariado Escolar, Técnico de Contabilidade e Técnico de Agro-Pecuária. Os outros eram: Assistente de Administração, Auxiliar de Escritório e Auxiliar de Enfermagem (OLIVEIRA; VERAS, 2011).

Seu quadro inicial demonstra que essa escola atendia a um grande público, e até os dias atuais possui número aproximado de alunos. Entretanto, a falta de investimento fez com que o ensino profissionalizante perdesse força e, mesmo ainda oferecendo cursos profissionalizantes após o fim da sua obrigatoriedade, no ano de 1982, oferecia uma educação defasada em relação as demandas econômicas locais. O Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana apresentou continuidades e rupturas ao atender as exigências da Lei nº 5.692/1971. A estruturação física, curricular e pedagógica, nos anos iniciais do funcionamento da escola, possuíram sentido de permanência com as diretrizes do regimento aqui analisado. Entretanto, com o pouco recurso, as ações de repressão política e o desencontro entre a formação técnica (oferecida nessa escola) e as demandas econômicas locais fizeram com que a Instituição Educativa rompesse com a lei e se reorganizasse de forma particular passando a ter currículo resumido, cursos técnicos descontinuados e alunos que não foram inseridos no mercado de trabalho, além, da contratação de agentes sem a formação e treinamento exigido seguindo interesses pessoais dos que obtinham o poder político do município.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Revista Carta Capital (2011), o MEC alega que o ensino profissional oferecido pela rede federal cresceu 114% entre os anos de 2002 a 2010. Pensando esse fornecimento, em diferentes instâncias, desde a Primeira República

até os dias atuais, fica evidente as rupturas e permanências do seu percurso histórico na relação com as concepções sobre o trabalho na sociedade. Sendo perceptível que a história dessa educação, longe de ser linear, possuiu diferentes objetivos e diferentes formas de oferecimento.

Se no início de suas práticas (informais) essa educação era pensada como forma de ocupar e disciplinar os que viviam a margem da sociedade, atualmente, possuem diferentes propostas, que vão desde ao objetivo de apenas especializar mão-de-obra para determinada atividade profissional – cursos privados, em sua maioria -, até um ensino que prioriza a formação para o trabalho unido ao ensino intelectual, propedêutico, fornecido, principalmente, nos Institutos Federais.

Podendo ser afirmado que no percurso histórico da atual Educação Profissional existem diferentes objetos a serem problematizados. Entretanto, tal como foi negligenciado na sua constituição histórica, também ainda é deixada de lado no espaço das pesquisas educacionais. Especificando na área da História da Educação, as investigações e produções comumente priorizam outros ensinamentos, sendo as escolas fornecedoras do ensino profissional ainda pouco problematizada (BUFFA; NOSELLA, 2008).

Esse acentuado descaso com a história do ensino profissional - seu fornecimento e constituição nas Instituições Escolares - fez com que a conservação de fontes, como documentos e imagens, se perdessem com o tempo, principalmente em relação aos espaços fornecedores que já foram fechados, sendo esse o maior desafio de quem se dispõe a problematizar específico objeto desse espaço da Educação Brasileira.

Essa pesquisa também acende para a importância de discutir as permanências e rupturas do que foi pensado para o ensino profissional na Ditadura Militar e o ofertado atualmente. Foi a concepção do Regime Militar e as modificações regimentadas que despertaram questionamentos direcionados ao ensino para o trabalho, percebendo que a Lei 5692/1971 foi o aparato legal de maior força nesse espaço educacional. Mossoró se apropriou desse regimento modificando sua forma de oferecer o ensino profissional, aparamentando e construindo instituições escolares sob as diretrizes impostas por essa lei.

O Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana foi a escola que serviu de exemplo da Lei nº 5.692/1971 em Mossoró, tendo sido planejada desde a formação do seu prédio até os seus aparatos pedagógicos. O ineditismo dessa pesquisa está centrado nesse ponto, a investigação da formação para o trabalho oferecida por uma escola pioneira na concepção educacional do Regime Militar. O cenário educacional do município era marcado pela concentração de escolas privadas. Essa escola foi também a precursora de uma série de construção e remodelação (das existentes) de escolas públicas. Trazendo a reflexão sobre a constituição das diretrizes da Lei nº 5.692/1971 e o olhar para o cenário educacional do município de Mossoró possibilita-se enriquecer o conhecimento dos educadores que hoje estão em busca de um ensino integrado, humano e democrático.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Tainá da Silva. Escola Técnica de Comércio União Caixeiral: contextos de uma criação. **Revista do Ceres**, Caicó, v.1, n.1, p.72-77, 2015. Disponível em <<https://incubadora.ufrn.br/index.php/Revistadoceres/index>> Acesso em: 13 set. 2015.

BARROS, Dulcinea Cerqueira Coutinho. **Cultura escolar e Ensino de História em tempos de Ditadura Militar no Instituto de Educação Gastão Guimarães (Fera de Santana-BA, 1968-1978)**. 2015, 132f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 01 dez. 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, 2013.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Ensino de 2º Grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2009.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI Jr., Décio; FILHO, Geraldo Inácio (orgs.). **História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. São Paulo: Autores Associados; Minas Gerais: EDUFU, 2005. p. 91-103.

_____. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. **Contributo para a história das instituições educativas – entre memória e o arquivo**. Braga-Portugal: Universidade do Minho, 1996.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-96-3



9 788585 107963